

IN NOMINE JESU: Entrevista com Dom Luciano Mendes de Almeida

Diego Omar da Silveira¹

Pós-graduando em “Cultura e Arte Barroca” pela (UFOP)
diegomarhistoria@yahoo.com.br

Fabício R. Costa Oliveira²

Professor Substituto da UFOP
fabriciooliveira@vicosa.ufv.br

Rodrigo Souza Ferreira³

“dar auxílio a uma pessoa necessitada é sempre prova de amor fraterno. Temos, no entanto, que pedir a Deus que ilumine nossa responsabilidade política. Mais forte é a caridade de quem se empenha para elaborar e aperfeiçoar as leis do país de modo a assegurar decisões políticas adequadas, capazes de saciar as multidões de famintos e mendigos, de sem terra e sem casa, dos que não tem trabalho nem assistência médica”

Dom Luciano Mendes de Almeida

Jornal Pastoral, agosto de 2004.

Dom Luciano Mendes foi, sem dúvidas, um grande personagem na história da Igreja Católica nos últimos quarenta anos. Seu nome, sempre atrelado à opção marcante do Concílio Vaticano II de tornar a Igreja mais próxima da vivência cotidiana dos leigos, está diretamente ligado às transformações da Igreja em toda a América Latina e no Brasil.

Filho de uma família profundamente envolvida com a intelectualidade católica, nasceu em 1930 na cidade do Rio de Janeiro. Ainda jovem entrou para a Companhia de Jesus onde fez seus estudos em filosofia (1951-53) e teologia (1955-58). Doutorou-se, anos

¹ Coordenador de projetos do Núcleo de Estudos da Religião (NER) da mesma Universidade.

² Mestre em Extensão Rural pela Universidade Federal de Viçosa (UFV) e professor substituto do Departamento de História da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP).

³ Mestre em Extensão Rural pela Universidade Federal de Viçosa (UFV).

mais tarde, em filosofia pela Pontifícia Universidade Gregoriana de Roma (1965), mas em uma entrevista recente revelou não ser um bom guia para aqueles que desejam percorrer o Vaticano: “de Roma conheci os subúrbios e as cadeias onde estava o povo pobre e sofrido”.

Sagrado bispo em 2 de maio de 1976, trabalhou ao lado de Dom Paulo Evaristo Arns, como bispo auxiliar na região Leste I da Arquidiocese de São Paulo. Mais uma vez a realidade com a qual conviveu foi a de mais absoluta pobreza. Ganhou expressão entre o episcopado brasileiro por um trabalho de destaque junto às populações da periferia que fez nascer a Pastoral do Menor. Nas palavras de Pe. Julio Lancelloti “a própria história da Pastoral do Menor tem na sua certidão de nascimento o nome de Dom Luciano Mendes aliado à sua preocupação primeira: os adolescentes em conflito com a lei, os chamados infratores, dando assim, início à liberdade assistida, comunitária. Logo após, vieram os centros educacionais comunitários, o trabalho com meninos e meninas, as casas de apoio e tantas outras maneiras de construir cidadania com humanidade e participação. Dom Luciano estabeleceu os alicerces da Pastoral do Menor fundamentando a mística e a espiritualidade que orientam toda a caminhada, a intuição e a conscientização de que Deus é Pai Misericordioso que sempre acolhe seus filhos e filhas, e a importância da criança e do adolescente na vida da família, da comunidade e da sociedade”.

Em 1979, o arcebispo tornou-se secretário geral da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil) e oito anos mais tarde ascendeu à presidência do mesmo organismo. Conduziu a Igreja em momentos críticos e frágeis, como aqueles no qual a sociedade civil brasileira buscava restabelecer a democracia, construir uma legislação, construir um Estado capaz de pactuar com uma participação cidadã. Foi também membro permanente do Sínodo dos Bispos desde 1987, membro da Pontifícia Comissão de Justiça e Paz desde 1992 e vice-presidente do CELAM (Conselho Episcopal Latino-Americano) entre os anos de 1995 e 1998. Teve uma atuação marcante em diversas assembleias e conferências da CNBB e do CELAM, especialmente em Puebla e Santo Domingo. Nesta última foi o presidente da comissão de redação e sobre sua participação, assim se manifestou o jornal *La Croix*: “Mendes, o homem de Santo Domingo (...) entre os bispos latino-americanos poucos partiram de Santo Domingo sem dever a Dom Luciano uma gratidão muito forte. Porque o pastor é também um homem de síntese. Sua pena, reputada eficaz para colocar em forma as idéias foi ainda, mais uma vez, maravilhosa. Moderador da Comissão encarregada de redi-

gir os textos da assembléia, ele foi o conciliador de tendências doutrinárias e pastorais, algumas vezes até antagônicas”.

Na Arquidiocese de Mariana, à qual chegou em 1988, viveu também essa missão de pastorear e conciliar. Podemos dizer que dezoito anos depois da chegada de Dom Luciano, a arquidiocese é outra, tão grande foram as transformações pelas quais passaram cada expressão religiosa do catolicismo marianense. Podemos ainda dizer que o arcebispo colocou a Igreja Católica de Mariana em pauta com os debates e vivências da Igreja em todo o Brasil. Mas o traço mais marcante é, inequivocamente, o carinho com que se ligou, seja na arquidiocese ou na CNBB, aos movimentos que buscaram transformar a realidade dos mais necessitados.

Aspectos da vida e da luta de Dom Luciano Mendes estão nesta entrevista, mas nem tudo está aqui. A imensidão de seu trabalho e de suas idéias aparece um pouco em cada uma das três entrevistas, concedidas em tempos diversos e a três pesquisadores diferentes. Mais do que espaço para que todos conheçam o pensamento (ainda tão vivo) de Dom Luciano, que este seja um lugar onde fica presente nossa homenagem a esse grande homem e pastor.

A OPÇÃO PELOS POBRES

Diego Omar: Dom Luciano, o engajamento do senhor nas Pastorais Sociais antecede muito a sua vinda para Mariana. O senhor poderia nos falar um pouquinho do seu trabalho à frente da CNBB, do CELAM e da articulação da Igreja para assumir um compromisso social?

Dom Luciano: Sim. A parte mais forte da descoberta desse compromisso deu-se na Itália, em 1955... até 1960, quando eu trabalhei nas cadeias, nas prisões de Roma, especialmente com os jovens que estavam com processo. E aí percebi a grande necessidade, que afinal era uma consequência da guerra, de oferecer a esses jovens, trabalhos, oportunidades de educação e foi com esta experiência que voltei para o Brasil e trabalhei na Faculdade de Filosofia em São Paulo, atendendo as populações mais pobres da área de Perus, em São Paulo, dos morros, das periferias remotas da cidade e aí a grande miséria. Foi nesta experiência que eu... fui chamado depois à Zona Leste de São Paulo, em 1976. Uma área muito povoada, dois milhões de habitantes e uma população muito sofrida, especialmente por três situações: a primeira era a da periferia pobre, onde o pobre procurava chão, mas tinha que

construir a sua casa muito de vagar e afastada do lugar de seu trabalho, por isso uma grande pobreza. Muito do dinheiro ganho ia para transporte, construção e não alimentação. O segundo grupo já morava mais perto das favelas, o que diminuía a custo do transporte, gastava um pouco mais com alimentação e não pagava o chão porque era favela. Mas... uma grande promiscuidade, sofrimento e violência. O terceiro grupo morava praticamente dentro do centro em casas velhas, chamadas cortiços, onde não havia o custo do transporte e havia, sim, um aluguel que era alto para a pequena área de um quarto e a alimentação também era um grande drama. Resumindo, essa três áreas de carência, de necessidade multiplicaram os casos de juventude desamparada. E foi assim que em 1976 e 77, unindo alguns padres e leigos, nós iniciamos lá, com a inspiração de Dom Paulo Evaristo o trabalho que depois teve esse nome: *Pastoral do Menor*, que agora, como percebem, tem quase trinta anos. Esse trabalho se estendeu muito para a Região Leste e outras regiões de São Paulo e nos marcou a todos, o fato que esses jovens podiam ser recuperados e até mesmo preservados, se houvesse um trabalho organizado para ajudá-los. E foi nessa atividade que me encontrei envolvido por quase doze anos, com um grande número de colaboradores, muitas vezes ligados aos que atendiam a *FEBEM*, que hoje chama tanto a atenção. Quando, em 1988, eu vim para Mariana, é claro que eu trazia muita ansiedade e vontade de que a juventude não caísse naquela situação que eu tinha conhecido em Roma e em São Paulo. Foi por isso que conversando com padres e com as comunidades, começamos com as primeiras experiências. Não que antes não houvessem, mas a finalidade [agora] era muito clara... era atingir o jovem que estava nas ruas, nas praças, especialmente, quando naquela falta de emprego, deixava-se atrair pelo tráfico da droga. E com isso surgiram algumas obras que... cinco tipos de obras: em primeiro lugar o atendimento imediato a essa juventude que estava na rua, com as oficinas de profissionalização – mais difíceis, mas aconteceram em Barbacena, aqui em Mariana, Ouro Preto; em segundo lugar preservando a criança e assegurando a ela uma alimentação, creche, que não é só recolher crianças, mas é dar... dar a elas alimentação, carinho e iniciação também a um processo de socialização em continuidade com a família. Terminado esse primeiro momento da creche, não se podia mandar embora ainda a criança e criou-se, então, um segundo nível (3), que chamaríamos assim de creche dois ou pós-creche, por que é onde ela pode continuar a se alimentar, a se distrair, mas já está na escola, de modo que é uma complementação escolar. Em quarto lugar está a preservação da moça, a jovenzinha de seus 14, 15 anos. Então uma nova casa em que elas pudessem se preparar para a vida... culinária, bordado, informática e também atendimento,

(5) depois aos bairros mais densos, como Cabanas, em que são os jovens, as moças e rapazes daquele lugar, mas que encontram um espaço em que continuam, deveriam continuar o ambiente da família. Essa experiência de Mariana se dá e se multiplica também em outros pontos da Arquidiocese, especialmente em Barbacena, onde nas casas de crianças, cinco ou seis, nós procuramos assegurar aos mais pobres um avanço. Mas existem também obras em Lafaiete e uma série de pequenas iniciativas em alguns outros lugares, por exemplo, Ponte Nova, Itabirito, Ouro Preto e que são, muitas vezes, frutos da iniciativa local, mas pouco a pouco foram se articulando e hoje nós deveríamos passar por uma avaliação para ver o que é preciso, o que tem para fazer e no que a gente pode melhorar. É certo que muitas pessoas foram atendidas, mas muitíssimos mais jovens não foram atendidos. Então fica esse desafio para que as comunidades cristãs, especialmente católicas, que é de... entender o preceito do mandamento do amor, o que não se trata apenas de amar, ou de declarar este amor, mas de manifestá-lo em ações concretas.

O VATICANO II

Diego Omar: O senhor acha que, hoje, aqui em Mariana nós estamos mais próximos de uma “Igreja dos Pobres”, aquela idealizada por um grupo do Concílio Vaticano II, que vive em função dos mais necessitados e está sempre pronta a ajudá-los?

Dom Luciano: Se eu disser que sim, parece que não. Se eu disser que não parece que estou esquecendo as coisas boas que temos. Acho que é um processo de conversão e que não bastam ações externas, ocupar-se de uma pessoa, é preciso que a gente se habitue a plantar nela a mudança de coração, aí você vê as coisas de um modo diferente e por isso você parte o pão – não para aparecer, Jesus dizia, nada disso deve aparecer, mas porque você não é capaz de viver sem partir o pão. Vida pia como a de Santa Terezinha, um testemunho de vida cristã, e que nós percebemos hoje em certos lugares, acho que devem nos ajudar a compreender que a santidade não é tão visível. Uma senhora que se dedica à família, um rapaz como você que está dando o duro, o pai de família desempregado, mas esforçado, uma criança que vai



abrindo os olhos ao mundo com grandes esperanças... acho que é isso aí... o cotidiano. É aí que a pessoa se educa para enfrentar a realidade.

Diego Omar: Para o senhor somente uma Igreja dos Pobres, para os pobres é também uma Igreja Popular? Porque há muita discussão sobre isso na América Latina pós-conciliar: o que seria uma *Igreja dos Pobres* e o que seria uma *Igreja Popular*. Como é que o senhor situa essa questão?

Dom Luciano: O que é Igreja dos Pobres! Aí também a gente tem que ter uma grande delicadeza de bisturi, porque ser pobre e ser rico é um critério econômico e, também, nem sempre com correta adjetivação. Às vezes o pobre pode ser ciumento, pode ser violento, apesar dos sofrimentos. Eu mesmo vi em diversas áreas de São Paulo gente matar gente por causa de casa ou roubar a mulher do outro, quer dizer, são coisas erradas, estando para... seja rico ou seja pobre. Agora, como visão de sociedade, qualquer que seja, a gente tem que cuidar dos desamparados. Se você percebe que ele está desamparado é aí que você tem que cuidar. Esse foi um ponto chave em Medellín, em Puebla e em Santo Domingo: despertar a pessoa para assumir a responsabilidade, não só local, mas... global.

Diego Omar: Essa nova Igreja, essa Igreja renovada pós-Concílio, acabou ressignificando o termo *povo* e lhe conferiu um papel ativo, o senhor concorda?

Dom Luciano: Sim. Acho que estas perguntas inclusive estão bem colocadas e revelam uma compreensão do tema. Claro que quando se trata de verbalizar, você sabe que a palavra depende muito do contexto, do momento cultural. Por exemplo, se eu disser que (inaudível)... antigamente eu não iria sair sem paletó, nem eu ia receber você sem paletó, nem você ia me visitar sem paletó, houve uma mudança. Essas mudanças também se dão em aspectos culturais e no campo dos costumes. Isso é importante para entender também as expressões de Igreja.

Diego Omar: Essa ressignificação do *povo* e essa entrada do povo na Igreja ainda continuam, para o senhor, sendo o grande desafio da Igreja no Terceiro Mundo?

Dom Luciano: Acho que a Igreja nesses últimos vinte anos abriu muito para o leigo e para o leigo pobre, porque é aquilo que tem. Leigo rico é raro. Tem gente ótima, de modo que está aberta... é preciso não fechar!

MEDELLÍN, PUEBLA E SANTO DOMINGO

Diego Omar: Eu gostaria de saber, nesse processo, que papel o senhor vê para Santo Domingo. Depois de Medellín, depois de Puebla, que papel tem Santo Domingo para o senhor que trabalhou, que teve uma participação ativa naquela Conferência Episcopal?

Dom Luciano: Tudo tem uma história... É preciso ver qual é a data de Santo Domingo? [1992] Qual é a data de Puebla? [1979]. Era uma fase de crescimento e emancipação. Então, dentro dessa perspectiva, é preciso ver que a Igreja que trabalhou muito em 1979, no documento de Paulo VI que você conhece de evangelização dentro dos dias atuais é importante perceber (fomos interrompidos por alguns instantes). Mas é preciso pensar que Santo Domingo tem a sua imbricação, a sua inserção histórica. Era um momento, 1992, em que havendo uma grande mudança em El Salvador e na Nicarágua, também em certos países como o Brasil, Argentina, Uruguai, Paraguai, Chile, havia muito sofrimento. Havia muitos feridos. Certas coisas se fossem ditas, por exemplo, no regime Pinochet certamente significavam a libertação para uns, mas significavam também uma grande dificuldade para outros, porque... não existiu só Pinochet, existiram muitas pessoas que pensavam diferente – então a linguagem de 1979, liderada pelo Papa jovem, Karol Wojtyła, que eu acompanhei naquela época, naturalmente em 1992 era diferente. O governo que nos acolhia na República Dominicana era um governo de certo modo neutro, mas com grande dependência dos Estados Unidos, com grande dificuldade de relacionamento com o Haiti e com a Venezuela. Não era possível fazer uma reunião desse porte sem considerar as circunstâncias nas quais se realiza um determinado encontro desse tamanho. Em relação ao conteúdo de Igreja, o tema de Puebla foi praticamente a grande exortação de Paulo VI, que recolhia muito da experiência pós-Vaticano, pós-conciliar. Agora, o tema de Santo Domingo era mais celebrativo. Era uma Europa, que havia sido considerada colonizadora, presente em uma celebração em que nós tínhamos dificuldades em dizer que a América havia sido descoberta. Era toda uma questão de linguagem, terminologia, quando nós sabemos que até hoje essa verbologia é difícil. Por outro lado, não havia condições ambientais em Santo Domingo como houve em Puebla. Lá havia Seminários e todos tinham o seu lugar de trabalho. Em Santo Domingo todos morávamos em hotéis e críticas salas de reunião, com um calor enorme, com horários muito difíceis. Então o tempo de trabalho foi muito dificilmente administrado e havia também *locus* dentro dos grupos participantes, alguns mais adiantados, por exemplo, com uma grande simpatia pela *Teologia da Libertação*, outros mais feri-

dos, machucados por certos efeitos negativos que atingiam vários países, por exemplo, Nicarágua e El Salvador. Então se nós não consideramos isso e comparamos os dois documentos escritos, é realmente querer prescindir de uma interpretação indispensável. Quanto ao conteúdo, Puebla escolheu ‘Evangelização frente aos desafios’, já Santo Domingo escolheu ‘Inculturação’. Quando esse tema foi votado, escolhido, antes da reunião, acrescentou-se a ‘nova evangelização’ que era linguagem de João Paulo II, diante do fenômeno das igrejas cristãs não católicas, que tinham multiplicado seu proselitismo, e o relacionamento se tornava difícil. Daí a necessidade de uma nova evangelização, que tem o sentido de... não é a primeira, mas nova porque ela insiste na doutrina fundamental para aqueles que foram batizados, mas não praticam... um tema até atraente. Mas eu me lembro de quando eu fui ao Papa e o Santo Padre me disse: “olha está faltando. Inculturação é um tema sem dúvidas apaixonante e nova evangelização (o termômetro), mas e a injustiça social?” Então nasceu um segundo tema, fundamental para a conferência, e a realização de Santo Domingo teve três frentes: nova evangelização, promoção humana e inculturação. Naturalmente são temas diferentes, porque inculturação e exclusão tinham pontos em comum naquela situação. Então, trabalhar estes temas exigia um certo recuo. Puebla foi muito bem preparada, já Santo Domingo ficou muito ligada à celebração, litúrgica, da história, do evento América, enquanto que Puebla não tinha nada disso. Puebla era um aprofundamento da doutrina conciliar, mas mesmo assim eu acho que Santo Domingo trouxe um grande benefício para a Igreja, pelo encontro das pessoas... que ela serviu para unificar certos tipos de posicionamentos da Igreja. Isso não aparece no documento, que também é um momento importante para levantar todas aquelas nações da América Central que se sentiram muito valorizadas, especialmente América Central insular, como você imagina (inaudível) que eram lugares menos freqüentados e ficaram muito em evidência. Tanto que daquela época até hoje se diz assim: América Central e Caribe para integrar essa região que era um pouco deixada de lado da América Latina. Então, eu creio que Santo Domingo nos deixou uma herança doutrinariamente menor, mas de grande impulso no sentido de querer fazer mais. O documento não deu tudo, mas nós podemos ir além. E foi depois de Santo Domingo que se gerou a “Igreja na América” – *Eclesian in American* que reuniu, então a América inteira: Estados Unidos, Canadá, México, todos os países e Roma, o que não teria acontecido se Santo Domingo não tivesse intermediado. De modo que eu diria que Santo Domingo elevou-se menos alto do que Puebla, mas serviu de ponte para o caminho continuar e desabrochar na “Igreja na América”, no Sínodo Continental, de toda a América.

IGREJA CATÓLICA NO BRASIL E PRÁTICAS RELIGIOSAS POPULARES

Diego Omar: O momento que o senhor veio para cá [para a Arquidiocese de Mariana] era, ainda, na opinião do senhor, o momento que a Igreja revia sua atuação no Brasil, e em toda a América Latina? Após 88 há a abertura definitiva, completa-se, conclui-se o processo de abertura...

Dom Luciano: A pergunta é válida. Tudo tem uma cronologia, mas o processo é vital e mais contínuo. Não há uma data exata... é que algumas pessoas acordaram mais cedo, nesse processo de emancipação, cidadania, de luta pela liberdade. E alguns deram a vida por isso, outros são mais lentos e aproveitaram e eclodiram nas *Diretas Já* para a restituição de certos direitos, mas pode-se dizer que até hoje nós não somos um país que conquistou toda a dimensão da sua liberdade. Se por um lado há liberdade de votar, liberdade de falar, de se comunicar, de ir e vir. Por outro lado nós vemos que as pessoas têm grandes limites... analfabetismo, desnutrição, é... falta de moradia, trabalho, tudo isso limita muito a liberdade e é um indicador de que nenhum regime é perfeito. Nós já estamos com vários anos, quase vinte anos de democracia e continuamos com uma proporção enorme de exclusão social. O fato é que há um clima de liberdade proclamada, mas não há ainda conseqüências de um sistema em que a solidariedade humana e a liberdade sejam realmente pilares de uma nova convivência humana. Mas também o nosso povo sofrido, também as nossas cidades, de Mariana e Ouro Preto...

Diego Omar: Mas a mudança de regime, na opinião do senhor, trazia também uma mudança na atuação da Igreja? A Igreja saía de uma atuação frente a um regime antidemocrático e abria-se um espaço novo de atuação para a Igreja?

Dom Luciano: Tudo isso exige um certo esclarecimento. Há muito tempo, durante muito tempo, considerou-se a palavra Igreja mais ligada aos padres, bispos: a “Igreja falou”, “a Igreja estava presente”, “eu não concordo com a Igreja”, são expressões. Pouco a pouco essa palavra, ela foi recuperando uma significação mais ampla: nós somos Igreja, as Comunidades Eclesiais de Base da Igreja, a atuação do leigo, a participação do leigo, os movimentos populares... então, não é que se deixa de considerar as hierarquias, mas se compreende que a palavra começou a abarcar mais conteúdo. Então quando se diz: a atuação da Igreja cresceu, diminuiu, ela teve mais significação, a pergunta é: Igreja, qual? Se se trata

da Igreja, digamos, direção, hierarquia, ela é bastante atuante até no Brasil, mas diversamente, conforme as fases. Lembro-me muito de Dom Paulo Evaristo, que, me ordenou Bispo, e ele dizia assim que é preciso respeitar o povo e dar condições às pessoas de serem participantes, atuantes, no processo de desenvolvimento. Então houve tempo em que as pessoas não podiam falar porque iam para a prisão. Então era mais fácil um bispo falar, embora ele pudesse ser preso e maltratado, como foi o bispo de Nova Iguaçu... Adriano Hipólito, outros foram perseguidos como Dom Valdir Calheiros, é claro. Mas ao passo que um operário levantasse a voz era preso, se o estudante levantasse a voz ele poderia até ser levado ao desaparecimento. Então houve uma presença da Igreja corajosa, mas que teve que ceder pouco a pouco espaço, abertura, para outras terem uma atuação mais convicta, decidida no processo histórico de retorno as liberdades. Por isso, não é que a hierarquia diminuiu a sua ação, mas ela foi encontrando a sua missão, como o pai, como o filho, por exemplo, ele é carpinteiro e no começo o filho é aprendiz. Depois o pai já passa para ele determinado serviço. E com o tempo ele até, de vez em quando, se concede não trabalhar tanto porque o filho já foi mais além. Assim é o processo de afirmação dos direitos humanos e a relação com a hierarquia. Não é uma questão de coragem, mas um protagonismo, uma questão de discernimento. Discernimento das pessoas.

Rodrigo Ferreira: A gente nota que, nos últimos tempos, tem havido um reposicionamento da Igreja frente às manifestações folclóricas e populares. Então, tomando como exemplo a Congada, há alguns anos os congados não entravam dentro da igreja e hoje houve uma mudança quase que radical nesse posicionamento, uma vez que os congados além de entrarem na igreja ainda são incentivados a participar dos ritos – como no caso de amanhã haver uma Missa em Ação de Graças a eles, com eles tocando seus batusques dentro da igreja. O que eu queria perguntar para o senhor é: como se deu esse reposicionamento da Igreja frente a manifestações populares?

Dom Luciano: A pergunta é muito justa porque, sem dúvida, tem havido uma mudança. Antes não entravam, agora entram. No entanto, a atitude... creio que é a mesma: é de acolhida, é de simpatia, é de valorização. A liturgia, na Igreja Católica, ela é pautada por certas orientações e houve uma flexibilização em relação não só ao Congado, mas a outras manifestações mais externas, por exemplo, alguns tipos de procissão, de aclamação, de cantos com alguma gesticulação. Parece-me que isso deu, assim, uma dimensão de maior sintonia com naturalidade, com as expressões do próprio Congado, de modo que aquela

atitude de simpatia, ela se transformou numa atitude de acolhida. Compreendo, no entanto, que não possa ser sempre assim, por que o Congado tem o seu ritmo, tem o seu tempo, e, às vezes, as celebrações são mais simples, mais sóbrias. Mas em solenidades onde se coloca em evidência o aspecto popular, as expressões mais populares de culto, realmente eles são bem-vindos, tanto mais que são muito organizados. Eles indicam a participação do homem, da mulher, da criança, do idoso. É muito, realmente, sintomática essa expressão de, eu diria assim, integração familiar. É também um valor para nós aquela atitude de respeito – o Congado é muito respeitoso, seja nos seus gestos, nas suas expressões de canto. Ele traz uma espécie de veneração ao santo que eles cultuam, especialmente Nossa Senhora do Rosário, como é o caso do Congado do Rosário da Aliança aqui em Brás Pires. Portanto, respondendo à pergunta, houve uma mudança, mudança no acolhimento ritual e permanência no apreço que sempre houve por eles e, agora, também compreensão de que em algumas celebrações mais festivas há lugar também para estas expressões mais populares, sempre dentro das orientações da Igreja.

Rodrigo Ferreira: Eu queria saber como a Arquidiocese, numa situação de mudança dessa, passa o conteúdo dessas mudanças para a Paróquia e como a Paróquia repassa para a comunidade de um modo geral?

Dom Luciano: De vez em quando, nós temos encontros do clero, quando tratamos de assuntos também da liturgia, aí as coisas são tratadas e repassadas. Mas a documentação básica é do conhecimento de todos e é matéria de ensino no seminário, pelo qual passaram praticamente todos os sacerdotes, desde 1965 até hoje. Então, não há, assim, muito desconhecimento. Agora, temos encontros de liturgia, assembléias de liturgia e certamente, entre os assuntos, esse assunto da inculturação, da presença das culturas nos ritos litúrgicos, ele sempre comparece. Mesmo esse ano, estamos tendo um incentivo das comissões de liturgia, seja nas paróquias, foranias, regiões e dioceses, e esse assunto vai sempre voltando. Em que medida, em que modo, portanto, com que fruto devem ser inseridas nas diversas expressões litúrgicas as expressões populares... pode-se dizer que é uma abertura de modo geral, mas que requer também um tempo, uma proporção, uma adequação, que não podem faltar na liturgia.

Rodrigo Ferreira: Como é a influência de teólogos, como, por exemplo, Leonardo Boff, que através da Teologia da Libertação, prega justamente essa aproximação com camadas mais populares?

Dom Luciano: Então. É bem verdade que tem havido um posicionamento de vários teólogos incentivando essa aproximação aos modos populares de ser e de agir e se expressar e esses elementos foram incentivados exatamente por alguns autores da Teologia da Libertação, embora não só. Porque essa tese, esse posicionamento da inculturação, hoje ele é aceito em qualquer expressão teológica. Por outro lado, é certo que no Brasil, por causa das nossas raízes – raízes africanas, raízes indígenas e raízes também de acolhida de grandes grupos folclóricos, por causa das origens da migração (por exemplo, açorianos, italianos, espanhóis, ucranianos, alemães, agora coreanos e chineses) – essa grande abertura nada mais é do que a estima e o respeito à cultura dos participantes. Hoje, a busca se encerra naquilo que mais convém em cada momento da liturgia e há também as para-liturgias, quer dizer, são expressões culturais, mas que não estão ligadas diretamente à celebração da eucaristia e, por isso mesmo, têm uma abertura muito maior na sua expressão.

Rodrigo Ferreira: Quais textos orientam esse redirecionamento da Igreja?

Dom Luciano: Veja: em primeiro lugar, a liturgia, em 1965, com o término do Concílio Vaticano II, ela foi, realmente, muito vivificada, valorizada e uma das dimensões é essa da inculturação, quer dizer, da sintonia com o próprio participante, grupos, culturas. Pode ter havido algum exagero, algum excesso, mas, sem dúvida, a inculturação veio se realizando sempre maior. Atualmente, há um período já de amadurecimento, enquanto que após aquela primeira fase de muita abertura para tudo aquilo que era o ritmo e a manifestação popular, sendo que houve alguns exageros no tempo e no modo. Hoje está em preparação uma orientação, assim, mais sóbria da parte Igreja. Eu não tenho agora o conteúdo dessa manifestação, mas nós entendemos que é um desenvolvimento de atitudes de abertura e, ao mesmo tempo, a busca de um justo meio para que as diversas liturgias não sejam muito longas, não distraiam também, com o aspecto folclórico, o mais importante, que é, realmente, o momento da consagração, acompanhado e precedido pelas leituras e preces. Portanto, essa regulamentação anuncia e estará também agora contida no novo documento de orientação, que em breve deverá ser do conhecimento de todos.

Rodrigo Ferreira: Uma outra coisa: tomando como exemplo o caso da Festa de Nossa Senhora do Rosário em Brás Pires. Até 1990 havia uma junção entre a principal festa religiosa – que é a Festa de Nossa Senhora do Rosário – e a festa cívica, uma vez que a Prefeitura atuava contratando *shows*, fazendo seus discursos no contexto da Festa da Padroeira – uma festa religiosa. De modo que muitas vezes, inclusive políticos, dentro de uma festa que é reconhecida como religiosa, faziam um pronunciamento não propriamente religioso. Como a Igreja se posiciona diante dessa junção entre festa religiosa e festa cívica?

Dom Luciano: A resposta mais simples: enquanto consideramos um princípio, uma diretriz, cada uma tem o seu âmbito próprio. É mais difícil quando, num determinado momento, por exemplo aqui em Brás Pires, celebramos a Padroeira do Rosário e há o comparecimento das autoridades também políticas, do executivo e do legislativo, e as pressões que são mais originárias na sociedade religiosa e outras mais originadas nas organizações políticas e aí tem que se encontrar o justo meio. Penso que como regra e orientação devo dizer que há âmbitos próprios para a expressão política e âmbitos próprios para a expressão religiosa e assim cada um respeita esse âmbito. No entanto, quando houver uma cerimônia que une todas as forças vivas da sociedade local, é claro que aí deve haver sempre primeiro uma afirmação clara da independência e autonomia religiosa. Por outro lado, na proporção justa nas diversas expressões religiosas, uma vez que nem todos, por exemplo, são católicos. Daí a harmonia e o discernimento para que em expressões patrióticas sejam respeitados os diversos tipos de opção religiosa e incentivados também a uma composição em ordem, uma celebração conjunta de uma festa como essa.

Rodrigo Ferreira: No caso de Brás Pires, a partir de 1990, houve, realmente, uma separação entre a principal festa religiosa – a Festa de Nossa Senhora do Rosário – e a festa cívica, que passou a ser a Festa da Batata. O senhor saberia dizer se a Igreja aqui se posicionou para que houvesse essa separação?

Dom Luciano: Eu não sei, não estava aqui. Posso pesquisar, porque é até interessante saber. No entanto, independentemente de uma pressão, sim ou não, existe a regra geral e a regra geral é que se evite certas alianças que podem prejudicar uma e outra iniciativa. Por exemplo, se nós incentivamos muito a expressão religiosa, a pessoa que exerce a sua cidadania e não se encontra naquela filiação religiosa, pode se sentir um pouco constrangida. O contrário também é verdade, quando há expressão patriótica e nós queremos respeitar a abertura para todos, é bom evitar uma expressão religiosa que priorize um grupo. É verda-

de também que num país como o nosso, não há dúvida que a expressão mais forte numericamente é a cristã e católica, mas nada impede que, com o passar do tempo, haja outras expressões, quem sabe, igualmente majoritárias.

ARQUIDIOCESE DE MARIANA – DESAFIOS E CONQUISTAS

Diego Omar: Na época em que o senhor estava em São Paulo e recebeu indicação para vir para Mariana, substituir dom Oscar, foi uma surpresa para o senhor, sair de uma metrópole e vim para o interior de Minas.

Dom Luciano: Eu me adapto a qualquer lugar, não tenho. Como já disse, eu já vivi na prisão, e quem trabalha com preso cinco anos, não escolhe lugar nenhum. Para mim tudo é muito bom. Tanto mais que em São Paulo, não é São Paulo cidade rica, é São Paulo miséria. À noite nós tínhamos dezenas de pessoas em casa. A irmã Carmem que está aqui fazia sopa pra eles, que às vezes dormiam no chão em casa, de modo que miséria para miséria a diferença é pouca. De modo que não houve surpresa, pelo contrário, acho que aqui é até bom demais comparado com outras situações.

Diego Omar: O senhor pode nos dizer sobre as primeiras impressões que teve de Mariana, dos principais desafios... que a Igreja encontraria, ou o senhor como bispo encontraria aqui?

Dom Luciano: Na primeira fase... da chegada aqui era necessário aprender, aprender a história, aprender o sofrimento acumulado nestas terras que foram terras de escravidão. Eu encontrei na Arquidiocese de Mariana quatro realidades bem características: a realidade rural... a realidade rural que envolve muitos municípios; a realidade de mineração, mais concentrada, mas que anos passados empregou mais funcionários e que é um ponto de produção local, naturalmente passageiro, como diz o nosso povo: “a mina é plantio de uma só ceifa”; em terceiro lugar a realidade universitária, que foi se expandindo em Ouro Preto, depois Viçosa... agora Lafaiete, Barbacena e também Itabirito, Ponte Nova. Então isso atinge muito a juventude, seja nascida e crescida nesta área, seja aquela que através dos vestibulares, vem também morar nestas regiões. E a quarta realidade é o turismo que invade as áreas históricas. É bom o turismo? Alguns dizem que sim... que entra no restaurante, entra na loja, mas deixa também muitas marcas que prejudicam a cultura local. Por exemplo, a bebida, a exploração do sexo... é um desnível cultural uma espécie de aproveitamento das

pessoas. No caso são quatro realidades, que precisam ser bem caracterizadas, bem conhecidas, que cada uma delas exige um tipo de atendimento.

Diego Omar: Nessas quatro realidades a encarar na época havia problemas crescentes, como as Cabanas, por exemplo, um fluxo migratório de pessoas que vinham para trabalhar nas mineradoras e acabavam ficando desabrigadas e grandes bairros como as Cabanas estavam surgindo. A Igreja aqui tinha de rever a sua atuação, tinha de ir até esses povos?

Dom Luciano: Sim. É a mesma coisa, Igreja quer dizer o que? Se Igreja quer dizer padre, então é claro que alguns ainda não tinham despertado para isso. Mas todos os lugares sempre tiveram lideranças do povo. Uma das coisas bonitas nesses anos é você entrar em uma Igreja e... “onde é que está o padre?”, não está, mas tem alguém que dirige, que acompanha, que recebe, que prepara, de modo que há uma mudança no perfil da Igreja, ou se você quiser, com mais precisão, na abertura de compreensão que a palavra Igreja traz. Tanto que eu hoje acho que a Igreja devia ter uma espécie de segundo escalão. Seriam dezenas e dezenas e dezenas de homens e mulheres comprometidos com a fé e liderando as comunidades.

Diego Omar: O senhor acha que esse processo de abertura de compreensão, aqui em Mariana, tardou um pouco a chegar. Talvez esse processo só tenha chegado com a vinda do senhor para cá?

Dom Luciano: Acho difícil responder, porque teria de ter um conhecimento maior de como foi e um conhecimento mais humilde de como está... ainda falta muita coisa e antigamente havia outras coisas, as formas se modificam. Mas hoje eu vejo muitas lideranças, por exemplo, não sei se você esteve lá em Lafaiete, nesse Congresso que aconteceu da Pastoral Familiar, tudo feito pelas lideranças leigas, eram 560 pessoas, tão bem organizadas... de modo que há certamente uma base: fé e política, fórum social, Pastoral da Criança, Pastoral Carcerária, que são áreas em que o padre às vezes não está presente, mas que o povo assumiu.

Fabício Oliveira: Mas de modo geral há um entendimento de a Arquidiocese tem se tornado mais engajada com estas questões, emerge ainda a idéia de que a Instituição tem se tornado mais progressista. Gostaria que o senhor tecesse alguns comentários sobre esta interpretação.



Dom Luciano: Eu acho que a colocação é válida. Mas, veja, estava vindo pra cá, uma senhora com três crianças, não é questão de ser progressista ou não, eu vou comer e ela não vai comer! É uma questão de consciência social! Eu creio que se tudo tivesse bem organizado, a gente vai procurar atividades onde a necessidade é maior. Mas quando as necessidades são de sobrevivência, emprego, alimentação, saúde, educação, eu tenho que me interessar por isso aí, então, não é questão de ser um ideal mais progressista ou menos. Se você fosse, agora, visitar uma família, onde todos comem, você não vai se interessar para que

haja comida na mesa. Mas se você vai visitar uma família, na qual desde de manhã ninguém comeu nada, você vai dizer Deus te abençoe? Eu acho que aí é uma leitura mais de situações do que uma espécie, assim, de implantação de idéias a ferro e fogo.

PASTORAIS SOCIAIS

Diego Omar: As Pastorais Sociais eram fundamentais para que uma transformação acontecesse...

Dom Luciano: São a expressão, a expressão dessa mudança de mentalidade.

Diego Omar: E a primeira pastoral implantada aqui na Arquidiocese foi a Pastoral da Criança e do Menor, o senhor pode nos dizer um pouco sobre elas.

Dom Luciano: É aquilo que eu no começo lembrei rapidamente. Não é que a gente chegou e disse assim: “vamos implantar”, mas é que a gente viu tanta criança pela rua, tanto jovem tomando conta de carro, brigando, roubando, triste, então não dava. Foi uma necessidade, não foi planejamento teórico. Tanto que costumamos a iniciar alguma coisa, porque não sabíamos bem por onde começar. Vamos ver o terreno, ver como é que está... (inaudível), quando em São Paulo na área da região Belém nós tínhamos cem centros nas periferias e aqui estávamos começando. Havia dez mil crianças comigo nesses centros, tudo dirigido por leigos. Aqui foi preciso aceitar a realidade, ver o que cabia. Não havia tanta criança abandonada como em São Paulo, mas havia um pouco de desânimo.

Diego Omar: Mas a Pastoral da Criança já se estruturava, já estava andando no sul do país e em São Paulo... já havia um trabalho de estruturação forte, o senhor buscou apoio neles, porque já os conhecia também. Foi deles o apoio para que aqui nascesse esse trabalho da Pastoral da Criança?

Dom Luciano: Certamente, houve um bom apoio, mas aqui nós temos a alegria de constatar certas lideranças que muito facilmente acordaram para essa realidade. Não foi preciso muito trabalho, pois (foi) falar de criança, falar de amor, falar de atenção à família num ambiente muito propício.

Diego Omar: Pe. Alec e Irmã Francisca, que papel tiveram esses dois no processo de implantação da Pastoral?

Dom Luciano: Ah! Fundamental. Porque eles não só tem o conhecimento, a motivação, mas tem a doação: visitar, conversar, explicar, animar... uma liderança muito bonita!

Diego Omar: Depois vieram as outras pastorais e uma coordenação, um centro pastoral que coordenasse todo esse trabalho, o que foi também central no processo de organização. Esse passo, a criação de um centro pastoral, consiste também na ampliação dessa horizontalização do trabalho, quero dizer, todo mundo trabalhando juntos e o leigo ganhando um espaço dentro da Igreja cada vez maior?

Dom Luciano: Os leigos ganhando espaço? Sim. Igreja tomando consciência de sua missão? Sim. Mas os resultados ainda são pequenos.

Diego Omar: Mesmo sendo muitos ainda são pequenos? (o bispo respondeu afirmativamente com gestos) E que importância o senhor atribui aos fóruns sociais?

Dom Luciano: Foi uma boa idéia. Eu no começo até me admirei, eu não sabia se seria possível comportar tantas pessoas. Tanto que nas reuniões eu até dizia: “não, abaixa o número, põe 600, 500 não mil” (inaudível). É melhor pouca gente que comparece do que muita gente que, que às vezes não aceita... Mas eu me enganei porque o Fórum Social teve uma atração muito grande e até hoje certos frutos perduram.

Diego Omar: A promoção dessa inserção leiga também depende do clero. Houve uma reestruturação dos Seminários para que estes padres se preparassem para essa nova missão?

Dom Luciano: É difícil uma resposta porque muita coisa boa que já existia foi crescendo, como a necessidade de dividir espaços porque o número aumentava, necessidade de estruturar melhor as casas de formação, consequência do aumento vocacional. Mas é preciso muito afincos, muito acompanhamento e direção da pessoa para que ela possa depois com desenvoltura desempenhar aquilo que ela vai descobrindo que é sua missão. Então é um trabalho de descoberta progressiva, assim que... nós ainda estamos precisando de mais anos para firmar isso, o ardor, a convicção da sua pertença cristã.

Diego Omar: Quando o senhor chegou o Órgão Oficial da Arquiepiscopado, pelo qual ele expressava seus posicionamentos e sua atuação era o Semanário *O Arquidiocesano*. Em 1991 ele foi suprimido e surgiu o *Pastoral*. Qual a importância dessa mudança, a relevância de na época criar um novo jornal, criar um novo mecanismo pelo qual a Arquidiocese falasse?

Dom Luciano: Nós vamos poder prestar homenagem a Dom Oscar no sentido de que ele foi também um homem da ata, da letra, do arquivo e nisso *O Arquidiocesano* presta um grande serviço. Agora, era preciso mudar um pouco o estilo para atingir outras pessoas. (referindo-se ao *Pastoral*) Não é um órgão oficial e tampouco normativo, mas uma mensagem que vai com todo o carinho para as pessoas envolvidas com pastoral. Na verdade, desenvolvemos muito. De modo que existe, também, um esforço de comunicação. Agora... comunicação custa dinheiro, porque precisa de instrumentação. No entanto, a comunicação ainda precisa crescer muito. Hoje eu acho que com a Internet e tudo há um canal novo de intercomunicação.

Diego Omar: *O Pastoral* é um novo rosto da Arquidiocese? Como o próprio nome sugere a ênfase deixa de ser a palavra e passa a ser a palavra e a ação?

Dom Luciano: É. Não dá ainda lugar para a resposta porque a gente tem que elaborar um pouco as coisas. Nós ainda estamos numa fase de aprimoramento do jornal *Pastoral*, que eu considero um bom órgão, mas que não tem muita difusão. As pessoas lêem até, as que deveriam, mas numericamente tem pouca população. Ele serviria muito para ajudar as pes-

soas a refletir, se informar. Mas existe uma comunicação verbalizada, encontro de comunidade, um empenho também em programar, fazer seu plano pastoral...

Diego Omar: Certa vez em uma entrevista o senhor se declarou um moderado na palavra e um radical na ação. Essa é a postura?

Dom Luciano: Esses adjetivos têm um certo charme. Não posso dizer que seja moderado na palavra porque se juntar com radical na ação... separa muito palavra e ação. Eu posso dizer é que a palavra tem que ser muito pensada para não ser mal interpretada. Em segundo lugar, eu ou o padre que hoje acompanhasse o trabalho comigo, vai ver que certo... ativismo não é tanto para a pessoa vencer uma espécie de paralisia evangelizadora, mas ela é suscitada, atraída pela necessidade. Se tudo tivesse bem, você podia, sei lá, se distrair com um programa de televisão. Mas muitas pessoas passam por uma real, constante e dolorosa dificuldade... temos que ajudar nisso.

Diego Omar: O Pe. Alec nos disse em uma conversa que tivemos que uma análise da atuação da Pastoral da Criança aqui em Mariana podia não ser bastante representativa para toda a Arquidiocese, porque aqui é o Centro e, embora toda a coordenação esteja aqui, aqui também estão os setores mais arraigados e os maiores problemas de consciência. O que senhor pensa sobre isto?

Dom Luciano: É verdade (há todo um trecho inaudível). ... são coisas que atingiram a matriz cultural, e assim há muitas modificações comportamentais e uma grande oscilação nessas manifestações comportamentais.

Diego Omar: Mas o senhor acha que o centro... os problemas maiores acabam sendo concentrados no centro? Ou seja, a periferia teria para o senhor uma visão mais holista, mais do todo, enquanto o centro permanece mais voltado para si, mais fechado em si?

Dom Luciano: Sobre esses métodos de avaliação global... hoje nós temos que respeitar muito as avaliações individuais e grupais. O mundo não está homogeneizado, há um eclodir de identidades culturais também. Nós caminhamos mais para a pluralidade do que para a uniformidade, então as relações são diversamente avaliadas. Às vezes uma pessoa, por exemplo, no campo religioso, diz que não tem religião, quando está em um estado de oração com Deus que ela não sabe verbalizar, são pequenas contradições.

Diego Omar: Como o senhor avaliaria essa...

Dom Luciano: É a marca de nosso tempo, a perda de parâmetros... parâmetros para alicerçar a sua dignidade, uma auto-afirmação. Tem-se de pensar, excluir e assumir. Não há um detrimento em você perceber essas oscilações. É preciso você captar os valores de todas essas expressões. Há pessoas que têm um comportamento social mal interpretado e têm uma grande fidelidade à própria consciência.

Diego Omar: O senhor acha que nesses dezesseis anos na Arquidiocese, Mariana, sobretudo, já despertou para valores de uma nova prática cristã, para um novo modo de ser Igreja, pautado no amor ao próximo?

Dom Luciano: Se considerarmos os que sempre tiveram isso e que estão representados hoje, eu creio que a gente vai ver pessoas que não mudaram tanto, outras que mudaram mais. Mas não que mudaram para o certo ou para o errado, porque não tinham a definição de uma identidade e agora têm diferente do que parecia ter. Esses grandes contrastes e conflitos eles nem sempre são tão profundos, de modo que é aquilo que Jesus dizia: cuidado para você não julgar o outro...

Fabício Oliveira: Eu gostaria que o senhor destacasse um ponto importante, ou o mais importante da sua trajetória na Arquidiocese de Mariana.

Dom Luciano: O que nós temos visto aqui é que realmente algumas frentes de trabalho pastoral cresceram. Em primeiro lugar o que eles chamam, hoje, o fórum social que atinge várias iniciativas que estavam um pouco dispersas. Crianças de rua, sendo assistida na Pastoral da Criança, desde seu nascimento, a proteção à mãe e a gestante também. Depois a questão operária: atendimento ao homem do campo. E depois a busca de solução de geração de renda para criar opções de trabalho, tudo isso foi se somando, não é... a Pastoral Carcerária! A gente estava falando das pastorais que existiam, mas elas foram se reunindo não é, e hoje elas formam um conjunto que tem reuniões periódicas, tem também esses fóruns maiores, o primeiro deles mil pessoas, bem representado. O segundo foi lá em Ouro Branco. Agora foi em Ouro Preto... o que realmente impressiona é como as pessoas entendem que há uma ligação entre ser Igreja e ter a fé na palavra de Cristo e comprometer-se com uma ação de transformação. Isso eu creio que é verdade que tem penetrado, se bem que não é para todas as pessoas. Uma parte notável tem um modo de conceber que a evangelização, para ser abrangente, tem que chegar às necessidades humanas, portanto, alimen-

tação, casa, parte de saúde, segurança e de tudo o que é necessário, daí essa mobilidade maior na convocação destes fóruns sociais. Eu creio que isso cresceu bastante porque tem um poder de convocação muito maior.

MOVIMENTO DE ATINGIDOS POR BARRAGENS

Fabrizio Oliveira: Eu gostaria de entender a trajetória da Arquidiocese de Mariana, no sentido de compreender o apoio dela ao Movimento dos Atingidos por Barragens na região. Poderíamos começar falando do panorama de quando o senhor chegou aqui e como foi o trabalho junto ao Movimento.

Dom Luciano: Há dois elementos que são necessários para um posicionamento. Primeiro que a nossa área é uma área ainda rural. Pelas pesquisas recentes percebe-se que o conjunto dos municípios que integram a Arquidiocese de Mariana tem mais de quarenta por cento de habitantes na área rural, quando nós sabemos que é outra proporção já no Brasil, porque houve um processo considerado de êxodo e de urbanização. Por outro lado, embora haja quarenta por cento aproximadamente de presença na área rural há dois fatores que estão unidos a esta primeira reflexão: é que continua o êxodo e particularmente o êxodo da juventude. Se isso caracteriza a presença na área rural, por outro também enfraquece esse resultado mais positivo de quarenta por cento porque há como que uma diminuição programada com o êxodo e especialmente da força jovem, que é aquela que poderia dar condições de renovação da área rural.

O segundo fator que está unido a este é que nós teríamos, para conseguir uma qualificação da área rural que melhorar a instrução, que capacitar essas pessoas para o plantio, para a produção e também para o sistema de cooperativa na área rural. Se por um lado a proporção ainda é razoável, ela vai diminuindo. Por outro lado é urgente uma capacitação, e essa capacitação em nosso conhecimento ela se dá pelas escolas rurais como é caso das áreas do Sul do país, e ela se dá também pelas escolas família agrícola que são mais conhecidas das partes de Minas para o Norte. Passando por Espírito Santo, Bahia, entrando em Piauí, Maranhão, indo também para Rondônia. Estas escolas família agrícola são uma tentativa heróica de agricultores de se organizarem num sistema de alternância para consolidar a presença da juventude na própria área rural. Eu queria explicar o seguinte, que a necessidade dessa qualificação é evidente porque se não aumenta o êxodo e justamente o da juventude. Por outro lado, a dificuldade de capacitação está na falta de oferta da parte do

governo para esta capacitação. Assim, desenvolveram-se escolas que são de iniciativa – não digo particular – mas de entidades da sociedade que nem sempre têm apoio do governo. Aí então está depois destes dois elementos fundamentais, o primeiro que é a área rural com o êxodo da juventude. O segundo é a necessidade de capacitação. Há situações que nós temos que determinar.

A primeira é que a nossa área (toda ela) é atingida também por barragens. Ora a barragem cria uma situação muito penosa de êxodo, e êxodo quase diria assim acelerado e doloroso... que enche, de fato, o coração de mágoa, porque parece que a urbanização, ou pelo menos a melhoria da técnica de obtenção de energia para aprimorar os processos urbanos sacrifica a população rural. Por outro lado, há muita injustiça nesse procedimento, embora não se possa dizer isso sempre porque também houve esforços de compreensão mútua. Mas a questão das barragens se colocou muito cedo por causa do mapeamento das barragens nessa área e isso descontentou várias famílias... famílias geralmente pobres, porque uma ou outra aquinhoada, era inicialmente bem remunerada ou compensada. Já para as famílias isoladas e pequenas havia necessidade de uma associatividade maior de as pessoas conhecerem seus direitos, defenderem seus direitos! Naturalmente também cumprirem as exigências que a elas cabem! Então foi surgindo esse agrupamento de pessoas atingidas por barragem e depois se consolidou o movimento MAB (Movimento dos Atingidos por Barragem). Ele teve uma fase mais intensa na questão de Cataguases, e eu me refiro a área de Picuíba e de Granada, mas é claro que ele se estende por outras área como Pilar (que hoje é Candonga) e quem conhece sabe que outras iniciativas estão em curso e isso tudo foi criando uma mentalização de que era preciso estender as mãos a essas pessoas, primeiro para ver se evitava a barragem, depois para, não podendo evitar a barragem, tentar se evitar as injustiças que às vezes se cometem nas indenizações de barragens. Então esse movimento foi crescendo com altos e baixos porque não é fácil o diálogo com as autoridades, nem é fácil o diálogo das autoridades com os representantes dos organismos populares. Porque são pessoas elas mesmas atingidas, e que perdem condições de vida, do seu terreno, o ambiente familiar, o aconchego da família, a historicidade da sua própria vida, e tudo isso foi criando, pouco a pouco, uma mentalidade e compreensão do fato, e também de busca de soluções. Três soluções apresentaram-se: a primeira é organizar o povo para que eles tenham condições de expressarem suas expectativas e essas organizações podem ser induzidas por um grupo, induzida por outro, até que houvesse uma consolidação, um fortalecimento das iniciativas propriamente populares passados alguns anos.

E mesmo assim se criou um conflito entre uma ou outra organização, algumas mais atendidas pelas indenizações, outras menos atendidas, pela organização. A segunda saída é realmente o diálogo com as entidades que promovem a construção de barragens. Esse diálogo nem sempre foi fácil, porque havia assessores que visitavam as famílias oferecendo indenizações, uma ou outra aceitava, outras não aceitavam; resultado: foi se criando uma espécie de confronto de fazer acontecer a barragem e a defesa dos direitos dos atingidos por barragens. Então, essa solução, embora viável, ela foi de difícil condução. E a terceira era o recurso à autoridade governamental nas suas diversas instâncias para arbitrar essa organização dos atingidos com as iniciativas como, por exemplo, de Candonga: o consórcio para que houvesse uma autoridade superior capaz de equilibrar um pouco esse diálogo. Então, nessas três instâncias eu me senti também, um pouco, mas sempre envolvido... seja na organização do povo, seja acreditando, apoiando. A segunda coisa, no diálogo eu sempre estive presente. E terceiro no recurso à autoridade, sobretudo meio ambiente, a questão toda de digamos... uma leitura jurídica: quais são os mesmos direitos que cabem as pessoas. Então tudo isso criou um processo de vários anos, e hoje nós temos assim, conduções mais radicalizadas e cresceu no Brasil inteiro o MAB (Movimento dos Atingidos por Barragens) no sentido de dizer: por que barragens? Seria bom não ter barragens, há outras soluções, outras alternativas energéticas, ou pelo menos, que se estude bem para que uma barragem não seja de proveito de uma entidade, de uma firma, mas sim do povo. E, então, há esse espírito hoje, para muita gente: barragem não! Essa é uma posição. Para outros que não estão nessas áreas... dizem bem, uma barragem... tem que ter porque nós precisamos ter desse tipo de energia; e terceiro lugar: é que nós não sabemos bem como é que é o plano governamental no sentido de que tudo é muito acompanhado pelo governo. É preciso saber realmente quais são as suas propostas maiores e quais as vantagens esperadas. Nessa época, interessei muito pela energia do biodiesel, pois se fala tanto sobre isso. Precisamos ver se é possível uma alternativa energética, eólica e sobretudo a solar. De modo que quando se diz: “barragem não!”, não se quer dizer: “energia não!”. É possível que haja outras fontes energéticas. Aí o nosso campo tecnológico deveria avançar muito, primeiro para equacionar bem se a barragem



devesse existir. Talvez menos barragens, ou menores, para não haver essa inundação maior. Mas é uma coisa técnica, não sou eu técnico. Eu creio que um estudo mais sério poderia aquietar melhor as pessoas no sentido de não haver ilusões e não haver também, mais do que diria assim... intenções que vão além do necessário e que estão mais ligados ao interesse e ao lucro de uma firma que o bem estar de uma população. A segunda coisa é que a gente aprende que nem todo movimento popular é tranqüilo, às vezes o movimento popular tem lideranças que assumem também a frente desse movimento e nem sempre têm as qualidades do diálogo, da compreensão. Isso não é culpa de ninguém, isso é um fato social. E terceira coisa é que realmente o Brasil precisaria ter um grande programa energético. Parece que está havendo melhorias nesse campo para que nós não vivêssemos só das expectativas de muitas usinas hidrelétricas, mas tivéssemos numa terra como a nossa a condição de aproveitar muito mais a energia solar e outras energias que a gente acaba vendo mais em países que não têm recursos hidrelétricos, mas que têm usado outros tipos de energia.

Agora eu posso lhe dizer que o MAB aqui na nossa área é um movimento heróico, generoso, combativo e que dialoga, embora, com dificuldades e tem procurado defender os direitos da população, às vezes nem sempre os mesmo para todos. Às vezes a pessoa é um posseiro e quer um ressarcimento, ou teve menos tempo lugar, o equilíbrio dessas ações requer um organismo de referência, mas as intenções são justas e eu creio que devem ser respeitadas.

Fabrcio Oliveira: E a Arquidiocese, como ela se posiciona diante disso?

Dom Luciano: A Arquidiocese? (risos). O povo é a Arquidiocese.